

**MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO
MINERAL**

SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL / SGB-CPRM

RELATÓRIO DE VIAGEM AO EXTERIOR

Baku, Azerbaijão



CONFERENCE OF PARTIES - COP 29

Promovido por UNFCCC – United Nations Framework Convention on Climate Change

Missão Internacional: 10 a 18 de Novembro de 2024

Janeiro/2025
Belém/PA

RELATÓRIO DE VIAGEM AO EXTERIOR

Baku, Azerbaijão

CONFERENCE OF PARTIES - COP 29



Lúcia Travassos da Rosa-Costa – Assessora da Diretoria de Geologia e Recursos Minerais

Homero Reis de Melo Junior – Superintendente Regional de Belém

Foto Capa: Portal de entrada da área da COP 29, em Baku.

Foto Contracapa: Delegação do Serviço Geológico do Brasil na COP 29, composta por (da direita para esquerda):

Marcel Pereira Maués de Faria – Assessor da Diretoria de Infraestrutura Geocientífica

Lúcia Travassos da Rosa Costa – Assessora da Diretoria de Geologia e Recursos Minerais

Sabrina Soares de Araújo Gois – Diretora de Infraestrutura Geocientífica

Roberto Kirchheim – Pesquisador em Geociências

Rafael Pinto Duarte – Assessor de Assuntos Internacionais

Homero Reis de Melo Júnior – Superintendente Regional de Belém

SUMÁRIO

I – INTRODUÇÃO	1
II - OBJETIVOS DA VIAGEM	2
III - ATIVIDADES REALIZADAS	3
III.1 - Visita e <i>networking</i> em pavilhões de expositores da <i>Blue Zone</i> e <i>Green Zone</i> (12 a 16 de novembro)	5
III.2 - Reuniões e contatos para prospecção de parcerias estratégicas (12 a 16 de novembro)	6
III.3 - Participação no painel da cerimônia de abertura do Pavilhão Brasil (12 de novembro)	10
III.4 - Participação no painel de cerimônia de abertura do estande do Consórcio da Amazônia Legal (13 de novembro)	12
III.5 - Participação no painel “Declaração de Belém” (13 de novembro)	13
III.6 - Participação na palestra “Conhecendo o CENSIPAM: Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia” (13 de novembro)	14
III.7 - Apresentação institucional no painel “O Papel do Serviço Geológico do Brasil na Promoção do Geoturismo” (14 de novembro)	15
III.8 - Participação no painel “Matriz de Impacto Climático nos Licenciamentos Ambientais para a Transição Energética” (14 de novembro)	17
III.9 - Participação no painel “Programa Jurisdicional de REDD+ ao Padrão <i>Art Trees</i>: o Caso do Tocantins” (14 de novembro)	18
III.10 - Participação no painel “Inspirando Inovação Global para Políticas Públicas e Caminhos para o Carbono Zero – 1º Diálogo Brasil – USA” (14 de novembro)	19
III.11 - Participação na palestra “Projeto de Lei sobre Ecoturismo no Brasil” (15 de novembro)	20
III.12 - Participação no painel de lançamento da concessão da APA Triunfo do Xingu (15 de novembro)	20

III.13 Participação na palestra “COP 30 no Brasil: planejamento, infraestrutura e legado” (16 de novembro)	21
IV - IMPRESSÕES GERAIS SOBRE A COP 29.....	22
V – CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES PARA A PARTICIPAÇÃO DO SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL NA COP 30.....	26
VI – AGRADECIMENTOS.....	29
APÊNDICE.....	30
ANEXO I.....	31
ANEXO II.....	32
ANEXO III.....	33

I - INTRODUÇÃO

O termo *Conference of Parties* (COP) designa a reunião anual dos representantes de países e territórios signatários da *United Nations Framework Convention on Climate Change* (UNFCCC), vinculado à da Organização das Nações Unidas (ONU), e representa o fórum global em que a comunidade, através de cooperações e negociações internacionais, monitora a implementação, o acompanhamento e a atualização de medidas voltadas para redução da emissão de gases do efeito estufa, na tentativa de combater as mudanças climáticas e o aquecimento global.

A primeira COP aconteceu no ano de 1995, em Berlim, na sequência da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a ECO 92, realizada no Rio de Janeiro, em 1992. Um dos principais marcos da COP foi o **Acordo de Paris**, na COP 21, realizada em 2015 na capital da França, em que 195 países signatários assumiram o compromisso de fortalecer a resposta global à ameaça das mudanças climáticas, envidando esforços para reduzir a emissão de gases do efeito estufa, tendo como meta manter o aquecimento global do planeta abaixo do limite de 2°C em relação ao nível pré-industrial, com ambição de manter abaixo de 1,5° C. Através do Acordo de Paris os países desenvolvidos também se comprometeram a conceder benefícios financeiros e tecnológicos aos países de economia emergentes e subdesenvolvidos para o enfrentamento das mudanças climáticas.

Atualmente, a COP conta com a participação de 198 componentes, dentre os quais 193 países e cinco territórios reconhecidos pela ONU.

A COP 29 ocorreu na cidade de Baku, capital do Azerbaijão, entre os dias 11 e 22 de novembro de 2024, tendo dentre as pautas principais a definição de metas de **financiamento para enfrentamento da crise climática**, e por esta razão foi chamada de “COP das Finanças” (*Finance COP*); a **transição energética**, uma vez que a matriz energética mundial é composta por mais de 85% de combustíveis fósseis, e as **medidas de adaptação aos impactos de mudanças do clima**, que já atingem milhões de pessoas em nível global.

O Brasil teve grande notoriedade na COP 29, pois é um dos protagonistas, em nível internacional, do debate ambiental e da pauta da transição energética, assim como pelo fato do país fazer parte da tríade da Presidência da Conferência, formada pelos países-sede da COP 28 (Emirados Árabes Unidos), COP 29 (Azerbaijão) e COP 30 (Brasil), que ocorrerá na cidade de Belém, no período de 10 a 21 de novembro de 2025.

Diante da perspectiva de se ter uma COP no Brasil e do entendimento de que este evento representará uma oportunidade ímpar para o Serviço Geológico do Brasil (SGB) fortalecer sua

imagem em nível internacional e consolidar sua atuação em temáticas alinhadas à agenda climática, a Diretoria Executiva do SGB referendou a participação na COP 29 de uma delegação constituída por seis membros, abaixo listados, como primeira iniciativa de preparação para a COP 30, em 2025.

- Sabrina Soares de Araújo Gois – Diretora de Infraestrutura Geocientífica e líder da missão internacional
- Marcel Pereira Maués de Faria – Assessor da Diretoria de Infraestrutura Geocientífica
- Lúcia Travassos da Rosa Costa – Assessora da Diretoria de Geologia e Recursos Minerais
- Homero Reis de Melo Júnior – Superintendente Regional de Belém
- Rafael Pinto Duarte – Assessor de Assuntos Internacionais
- Roberto Kirchheim – Pesquisador em Geociências

Este Relatório de Viagem ao Exterior contempla as atividades em que estiveram envolvidos os autores deste documento, Lúcia Travassos da Rosa Costa e Homero Reis de Melo Júnior.

A autorização para afastamento do país, no período de 10 a 17 de novembro de 2024, foi concedida pela Diretoria-Executiva do Serviço Geológico do Brasil na modalidade *ad referendum*, registrada nos processos SEI nº 48035.003025/2024-70 (ANEXO 1) e nº 48092.001967/2024-39 (ANEXO 2), e publicada no Diário Oficial da União em 5 de novembro de 2024 (DOU, seção 2, nº 214, páginas 45) (ANEXO 3).

II - OBJETIVOS DA VIAGEM

O objetivo global da viagem a Baku da delegação do Serviço Geológico do Brasil foi participar da COP 29, como estratégia de divulgação institucional em nível internacional, e para captação de subsídios e potenciais parcerias para preparação da instituição para efetiva participação na COP 30.

Neste contexto, os objetivos específicos dos signatários deste Relatório de Viagem ao Exterior, ambos lotados na Superintendência Regional de Belém, cidade-sede da COP 30, foram:

- Avaliar a dinâmica e dimensão de uma COP, no que se refere a infraestrutura física, especialmente aos espaços em que ocorrem painéis temáticos, com lançamento de projetos, debates, exposições e divulgações institucionais ou de países, etc, situados nas áreas designadas

Green Zone e *Blue Zone*, para coletar subsídios para estruturar espaço de exposição do Serviço Geológico do Brasil durante a COP 30;

- Levantar informações sobre temáticas da agenda climática discutidas durante a COP 29, que de alguma forma sejam aderentes às pesquisas desenvolvidos no Serviço Geológico do Brasil, para avaliação de quais linhas de atuação institucionais são mais estratégicas para divulgação na COP 30;
- Participar de eventos do Governo Federal do Brasil e do Consórcio da Amazônia Legal, para entendimento das principais pautas governamentais na COP 29, em nível federal e estadual, e as perspectivas de atuação dos governos na COP 30;
- Estabelecer contatos, promover e participar de reuniões com representantes de outras instituições, nacionais e internacionais, como órgãos governamentais, instituições de pesquisa, associações de classes, empresas privadas, e outras, visando o intercâmbio de experiências, a prospecção de parcerias para estruturação de projetos cooperativos, em áreas alinhadas às prioridades do Plano Estratégico do Serviço Geológico do Brasil;
- Divulgar projetos estratégicos do Serviço Geológico do Brasil em todas as oportunidades durante o evento, buscando ampliar a visibilidade da empresa e fortalecer sua inserção no debate internacional sobre mudanças climáticas e aquecimento global.

III - ATIVIDADES REALIZADAS

Dada a magnitude de uma conferência internacional de grande porte como a COP 29, a programação do evento foi bastante robusta, se desenvolveu no período de 11 a 22 de novembro de 2024, e envolveu, diariamente, a realização de uma série de eventos simultâneos, ocorridos na *Blue Zone* e *Green Zone* (Figura 1).

Durante o evento foi possível entender que, a *Blue Zone* sedia a *World Climate Action Summit* (Cúpula Mundial de Ação Climática), está sob gestão da UNFCCC, sendo o acesso exclusivo a pessoas com credenciamento diferenciado, e é o setor onde ocorrem negociações oficiais e reuniões de alto nível, representado o epicentro da tomada de decisões sobre políticas e acordos climáticos internacionais. A *Green Zone*, por sua vez, é gerenciada pela Presidência da COP, sendo um espaço projetado para envolver o público em geral, onde estão alocados pavilhões de países, ONGs, representantes da sociedade civil, academia, instituições públicas, empresas de produtos e serviços, onde os visitantes podem explorar exposições interativas, palestras, inovações tecnológicas, manifestações culturais e artísticas, funcionando como centro

de colaboração e apresentação de soluções para questões relacionadas ao clima, e de divulgação de tradições dos países expositores.

O programa oficial da COP 29 pode ser acessado através do link <https://cop29.az/en/programming>.

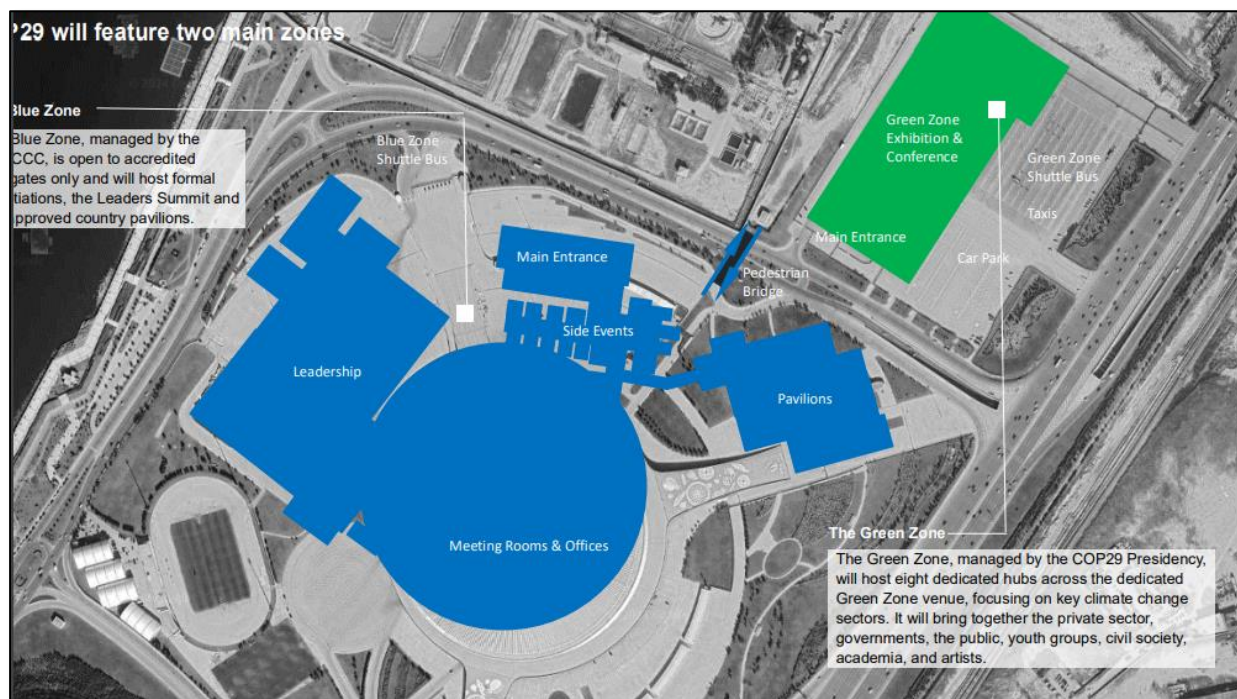


Figura 1 – Vista aérea da disposição espacial das áreas da *Blue Zone* e *Green Zone* na COP 29.

Entre os dias 12 e 16 de novembro de 2024, a delegação do Serviço Geológico do Brasil, todos com amplo acesso à *Green Zone* e *Blue Zone*, se dividiu em diversas atividades previstas na programação oficial do evento, assim como em atividades complementares, como reuniões bilaterais e visitas a estandes de expositores.

Na tabela abaixo é se vê o cronograma de desenvolvimento da missão internacional, e na sequência é apresentada a síntese das atividades realizadas.

Tabela 1 – Síntese do cronograma da missão internacional.

DIA	ATIVIDADE
10-11 novembro	Viagem Belém-São Paulo-Istambul
12 novembro	Viagem Istambul-Baku, credenciamento e início das atividades na COP 29
13 a 16 novembro	Atividades na COP 29
17-18 novembro	Viagem Baku-Istambul-São Paulo-Belém

III.1 - Visita e *networking* em pavilhões de expositores da *Blue Zone* e *Green Zone* (12 a 16 de novembro)

Ao longo de todo o evento foram visitados diversos estandes nos pavilhões de exposição, visando entender o contexto geral, buscar novos conhecimentos, prospectar parceiros, produtos e serviços de interesse, para *networking* geral e divulgação do Serviço Geológico do Brasil (Figura 2).



Figura 2 – Registros de pavilhões de países na *Blue Zone* e *Green Zone*: Brasil, China, Azerbaijão, Turquia.

III.2 - Reuniões e contatos para prospecção de parcerias estratégicas (12 a 16 de novembro)

Durante todo o período de participação no evento, foram realizadas diversas reuniões e contatos com representantes de instituições para prospecção de parcerias estratégicas, com foco principal na estruturação da participação na COP 30 e na avaliação de possibilidades de acesso à fundos de fomento para financiamento de pesquisas em temáticas de expertise do Serviço Geológico do Brasil, aderentes às pautas climáticas. Alguns destes momentos são mostrados nas figuras abaixo (Figuras 3 a 9), com destaque dos principais assuntos tratados.



Figura 3 - Contato realizado por **Homero Reis** com o Presidente do **CONFEA**, Vinicius Marchese, o Conselheiro Federal Nielsen Christianni, e a Presidente do **CREA-PA**, Adriana Falconeri, onde foi discutida a estruturação da COP 30, e as possibilidades de poio do Sistema CONFEA-CREA. **Estande do Ministério do Turismo, dia 12 de novembro/2024.**



Figura 4 – Reunião entre representantes do Serviço Geológico do Brasil, Sabrina Gois, Rafael Duarte, **Lúcia Travassos** e **Homero Reis**, e do **Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia-CENSIPAM**, Edileuza Melo (Coordenadora Geral de Monitoramento Ambiental). Na reunião foram iniciadas as tratativas para formatação da parceria SGB-

CENSIPAM para participação na COP 30, em Belém, onde ambas as instituições têm unidades físicas. **Estande do Ministério do Turismo, dia 13 de novembro/2024.**



Figura 5 – Contato inicial de Rafael Duarte, **Lúcia Travassos** e **Homero Reis** com representantes da **Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – OTCA**, Vanessa Graziotin (Diretora Executiva) e Freddy Manani (Coordenador de Assuntos Indígenas). Na ocasião, ficou claro o entendimento de que, na preparação para ao COP 30 deve-se considerar a Amazônia como um bioma que se estende para além dos limites territoriais brasileiros, e que buscar parcerias com outras instituições de países amazônicos é essencial para o Serviço Geológico do Brasil. **Estande do Consórcio da Amazônia Legal, dia 13 de novembro/2024.**



Figura 6 – Reunião com participação de **Lúcia Travassos** e **Homero Reis** com o Diretor de Políticas Públicas e Relações Governamentais da **AMCHAM Brasil** (Câmara Americana de Comércio para o Brasil), que manifestou interesse em entender as ações do Serviço Geológico do Brasil na pesquisa de minerais estratégicos para a transição energética, tendo sido agendada uma reunião na sede do Serviço Geológico do Brasil, em Brasília, para tratar mais detalhadamente sobre

o tema e possibilidades de parcerias. Na ocasião, foram entregues exemplares das publicações da Diretoria de Geologia e Recursos Minerais do SGB, “PlanGeo 2025-2034 - Plano Decenal de Mapeamento Geológico” e “*Critical and Strategic Minerals Potential of Brazil*”. **Estande do Ministério do Turismo, dia 14 de novembro/2024.**



Figura 7 – Reunião realizada com o **Deputado Federal de Pernambuco Túlio Gadelha**, com participação de representantes do Serviço Geológico do Brasil, Sabrina Gois, **Homero Reis**, **Lúcia Travassos** e Marcel Maués; do **CENSIPAM**, Edileuza Melo, e do **Ministério do Turismo**, Carlos Henrique Menezes Sobral (Secretário Nacional de Infraestrutura, Crédito e Investimento no Turismo) e Cinara Santos. Temas principais tratados na reunião: 1) apresentação, por Homero Reis, do Projeto Geoparques desenvolvido pelo Serviço Geológico do Brasil, sob chancela da UNESCO; 2) discussão sobre os mecanismos para acessar recursos do Fundo Amazônia, sob gestão do Ministério de Meio Ambiente e Mudança do Clima, para financiamento de pesquisas geocientíficas na Amazônia, e 3) debates de ideias sobre a estruturação de uma rede de instituições que desenvolvem pesquisas geocientíficas na Amazônia, para participação integrada na COP 30, tendo sugerido o Deputado que se

procurasse acessar Emendas Parlamentares de Comissões, e ofertando seu apoio. **Estande do Ministério do Turismo/SEBRAE, dia 15 de novembro/2024.**



Figura 8 - Reunião com representantes do **Ministério do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas**, Rodrigo Martins Vieira (chefe do Departamento de Fundos e Recursos Externos) e Raoni Guerra Lucas Rajão (chefe do Departamento de Políticas de Controle do Desmatamento e Queimadas), com participação, pelo SGB, de Sabrina Gois, Rafael Duarte, Marcel Maués, **Homero Reis** e **Lúcia Travassos**. O foco da reunião foi discutir as possibilidades de acesso a fundos externos gerenciados pelo MME, como o Fundo Amazônia e o Fundo de Adaptação e Mudanças do Clima, para financiamento de projetos de pesquisa desenvolvidos pelo Serviço Geológico do Brasil que possam ser aderentes às temáticas de maior interesse do MMA, de combate ao desmatamento e proteção de comunidades tradicionais ou indígenas. Na ocasião, os representantes do MME destacaram que a Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano e Qualidade Ambiental, atua com financiamento de projetos na área de geoquímica ambiental, e que ações de monitoramento de águas subterrâneas em áreas com pressão por irrigação, a exemplo da região de Santarém e norte do Mato Grosso (Bacia dos Parecis) podem ser viabilizadas através de parcerias entre o Serviço Geológico do Brasil, a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico-ANA e o Ministério da Agricultura e Pecuária -MAPA. **Estande do Ministério do Turismo, dia 16 de novembro/2024.**



Figura 9 – Reunião com participação de Sabrina Gois e **Lúcia Travassos** com o **Deputado Federal da Bahia José Rocha**, o qual solicitou informações sobre o potencial mineral daquele estado. Na ocasião, foram destacados os projetos de pesquisa geológica e de recursos minerais desenvolvidos pelo Serviço Geológico do Brasil, e entregues exemplares das publicações “PlanGeo 2025-2034 - Plano Decenal de Mapeamento Geológico” e “*Critical and Strategic Minerals Potential of Brazil*”. **Estande do Ministério do Turismo, dia 16 de novembro/2024.**

III.3 - Participação no painel da cerimônia de abertura do Pavilhão Brasil (12 de novembro)

O Pavilhão Brasil, também chamado Casa do Brasil, localizado na *Blue Zone*, foi um espaço de referência na COP 29 para realização de uma extensa programação de painéis, em que foram discutidas iniciativas voltadas à mitigação das mudanças climáticas, com foco na preservação, conservação e regeneração de ativos florestais. O estande foi organizado pela Apex Brasil, em parceria com o SEBRAE e Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

Na cerimônia de abertura diversas autoridades estiveram presentes, dentre elas, o Vice-Presidente do Brasil e Ministro de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviço, Geraldo Alckmin, as ministras Marina Silva (Meio Ambiente e Mudança do Clima) e Sonia Guajajara (Povos Indígenas), os ministros Renan Filho (Transportes) e Paulo Teixeira (Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar), os governadores Helder Barbalho (Pará) e Renato Casagrande (Espírito Santo), além dos presidentes da Apex Brasil, Jorge Viana, do SEBRAE, Décio Lima, e de parlamentares e embaixadores (Figura 10).

Nas falas de Geraldo Alckmin e Marina Silva algumas questões principais foram enfatizadas: 1) o protagonismo internacional do Brasil no debate do combate às mudanças climáticas, considerando-se que o país possui a maior floresta tropical do mundo e a matriz elétrica mais limpa do mundo; 2) o Plano de Transformação Ecológica do Governo Federal, com seis eixos estratégicos: adensamento tecnológico, economia circular, bioeconomia, transição energética, infraestruturas resilientes e finanças para o desenvolvimento sustentável; 3) a redução do desmatamento nos biomas Amazônia e Cerrado nos últimos dois anos; 4) a apresentação das NDCs (Contribuição Nacionalmente Determinada) do Brasil durante a COP 29, que incluem a meta de reduzir emissões de gases de efeito estufa em 48%, até 2025, e em 53%, até 2030, em comparação com os níveis de 2005, e 5) as expectativas sobre os mecanismos de financiamento dos países desenvolvidos aos países emergentes e subdesenvolvidos para implementação de ações de mitigação e prevenção das mudanças climáticas.

A presença neste evento foi uma oportunidade de ouvir sobre as políticas públicas do Governo Federal na pauta da emergência climática, e constatar que ações do Serviço Geológico do Brasil são alinhadas a estas diretrizes, o que deve auxiliar na seleção de projetos estratégicos para divulgação na COP 30.



Figura 10 – Autoridades na cerimônia de abertura do Pavilhão Brasil, com destaque à Ministra Marina Silva.

III.4 - Participação no painel de cerimônia de abertura do estande do Consórcio da Amazônia Legal (13 de novembro)

O estande do Consórcio da Amazônia Legal, também chamado Hub da Amazônia, foi um espaço na *Blue Zone* organizado pelo Consórcio Interestadual da Amazônia Legal para o Desenvolvimento Sustentável, com objetivo de centralizar discussões sobre como conciliar conservação ambiental e desenvolvimento econômico na Amazônia, abordando temas como economia verde, infraestrutura sustentável, governança climática e bioeconomia. No Hub da Amazônia, especialistas, lideranças locais e representantes dos nove estados amazônicos estiveram reunidos durante todo o evento, em que foram realizados mais de 50 painéis, para destacar projetos essenciais, realizar reuniões bilaterais, aproveitar o fluxo de financiamentos internacionais e firmar compromissos para a COP 30.

No dia 13 de novembro, o painel de abertura foi denominado “*From Baku to Belém*”, com a presença de diversas autoridades, com destaque ao Vice-Presidente do Brasil e Ministro de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviço, Geraldo Alckmin, às ministras Marina Silva (Meio Ambiente e Mudança do Clima) e Sonia Guajajara (Povos Indígenas), os ministros Renan Filho (Transportes), o governador do Pará e atual presidente do Consórcio da Amazônia Legal, Helder Barbalho, além do Secretário Extraordinário da COP 30, Valter Correia da Silva (Figura 11).



Figura 11 – Autoridades na cerimônia de abertura do Consórcio da Amazônia Legal, com destaque a Geraldo Alckmin.

III.5 - Participação no painel “Declaração de Belém” (13 de novembro)

Imediatamente após a cerimônia de inauguração do espaço Consórcio da Amazônia Legal, aconteceu o painel “Declaração de Belém: o Papel da Cooperação Amazônica Frente aos Desafios Climáticos”.

Para contextualizar, a Declaração de Belém foi assinada pelos países-membro da OTCA-Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela), durante a Cúpula da Amazônia, ocorrida em Belém, em 2023. Tem como objetivo combinar os esforços dos governos para fazer avançar uma agenda comum de cooperação na Amazônia, implementada sob a égide do desenvolvimento sustentável; da conservação e do uso sustentável da biodiversidade, das florestas e da água; da ação urgente para evitar o ponto de não retorno na Amazônia; do combate ao desmatamento e às atividades ilegais na região; do desenvolvimento econômico com inclusão social e geração de renda e emprego, com base em mecanismos de participação social, em especial dos povos indígenas e comunidades locais e tradicionais, e do fortalecimento da OTCA.

O painel realizado na COP 29 foi organizado pela Plataforma Cipó e mediado por sua Diretora-Executiva, Maiara Folly, e teve a participação da Ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, além de representantes do BNDES (Leonardo Ferreira), Ministério da Fazenda (Fernanda Santiago), OTCA (Vanessa Grazziotin) e Consórcio da Amazônia Legal (Vanessa Duarte) (Figura 12). Os debates do painel tiveram como foco o fortalecimento e implementação dos compromissos dos países signatários da Carta de Belém, com ênfase na preservação da floresta e enfrentamento das mudanças climáticas.



Figura 12 – Participantes do Painel Declaração de Belém, ocorrido no estande do Consórcio da Amazônia Legal. No detalhe, a Ministra Sônia Guajajara (a direita) e outras lideranças indígenas.

III.6 - Participação na palestra “Conhecendo o CENSIPAM: Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia” (13 de novembro)

A palestra, ocorrida no estande do Ministério do Turismo, foi ministrada pela geóloga Edileuza Melo, Coordenadora Geral de Monitoramento Ambiental Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia, instituição vinculada ao Ministério da Defesa (Figura 13). A representante do CENSIPAM fez uma abordagem geral sobre a atuação estratégica da instituição na produção e gestão de dados e informações que visam a proteção e integridade da Amazônia Legal e da Amazônia Azul, assim como apresentou inovações tecnológicas desenvolvidas pela equipe. O monitoramento ambiental e os estudos hidrológicos foram destaque na apresentação, que são temáticas de interesse do Serviço Geológico do Brasil, de modo a abrir perspectivas para a formalização da parceria SGB-CENSIPAM para viabilizar o intercâmbio técnico e o desenvolvimento de ações conjuntas.



Figura 13 – Coordenadora Geral de Monitoramento Ambiental, Edileuza Melo, ministrando palestra sobre ações do CENSIPAM, no estande do Ministério do Turismo.

III.7 - Apresentação institucional no painel “O Papel do Serviço Geológico do Brasil na Promoção do Geoturismo” (14 de novembro)

No estado do Ministério do Turismo foi aberta a oportunidade para os membros da delegação do Serviço Geológico do Brasil, Sabrina Gois, Homero Reis e Lúcia Travassos, apresentarem as ações da instituição, com ênfase àquelas que são aderentes às temáticas de interesse na COP 29 (Figura 14).

A Diretora de Infraestrutura Geocientífica, Sabrina Gois, realizou a abertura do painel, apresentando informações gerais, com vistas a demonstrar a missão e visão institucional, a distribuição das unidades da empresa no país, e as grandes linhas de atuação. Na sequência, o Superintendente de Belém, Homero Reis, deu ênfase aos critérios para classificação de Geoparques, e benefícios ambientais e sociais resultantes, tendo destacado ainda os estudos da geodiversidade, pesquisas hidrológicas e hidrogeológicas, e de setorização de riscos geológicos desenvolvidos pela Diretoria de Hidrologia e Gestão Territorial (DHT). Finalmente, a Assessora da Diretoria de Geologia e Recursos Minerais, Lúcia Travassos, destacou como principais ações da diretoria os levantamentos básicos (geológicos, geoquímicos e geofísicos), com ênfase ao Plano Decenal de Mapeamento Geológico 2025-2034, e às pesquisas direcionadas para definição de áreas potenciais para minerais críticos para viabilizar a transição energética global, para minerais estratégicos para garantir a segurança alimentar e o desenvolvimento do agronegócio, e para avaliação do potencial de reaproveitamento de rejeitos de mineração (mineração circular), demonstrando a aderência destas linhas de atuação com eixos estratégicos do Plano de Transformação Ecológica do Governo Federal.



Figura 14 – Registros do painel de divulgação institucional do Serviço Geológico do Brasil no estande do Ministério do Turismo, com participação de Sabrina Gois, **Homero Reis**, **Lúcia Travassos** e Rafael Duarte, a convite do Secretário Nacional de Infraestrutura, Crédito e Investimento no Turismo, Carlos Sobral.

Na ocasião foram ainda divulgados os produtos técnicos do Serviço Geológico do Brasil expostos no estande do Ministério do Turismo, as publicações “PlanGeo 2025-2034 - Plano Decenal de Mapeamento Geológico” e “*Critical and Strategic Minerals Potential of Brazil*”, o livro “Geoparque Vale das Águas – Maranhão”, e o panfleto para acesso às bases de dados institucionais (Figura 15).



Figura 15 – Produtos do Serviço Geológico do Brasil expostos no estande do Ministério do Turismo.

III.8 - Participação no painel “Matriz de Impacto Climático nos Licenciamentos Ambientais para a Transição Energética” (14 de novembro)

A temática do painel teve como foco a proposta da Matriz de Impacto Climático apresentada pela Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente (ABRAMPA), cujo objetivo é integrar de forma sistemática a análise dos impactos das mudanças climáticas nos licenciamentos ambientais, transformando a questão em variável central na avaliação de projetos. Nas discussões foi abordada a importância de alinhar as políticas de ESG das empresas com os programas sociais e ambientais apresentados durante os processos de licenciamento, e os desafios da integração de diferentes políticas estruturantes nos estados da Amazônia Legal, incluindo obstáculos financeiros, técnicos, normativos e de ordenamento. Os debatedores foram a Diretora Adjunta de Políticas Públicas do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, Gabriela Savian, o Diretor de Políticas de Controle do Desmatamento e Queimadas do MMA, Raoni Rajão, o Secretário Adjunto de Gestão e Regularidade Ambiental da Semas-PA, Rodolpho Zahluth Bastos, o Presidente da ABRAMPA Alexandre Gaio, e o Diretor adjunto do Instituto Democracia e Sustentabilidade, Marcos Woortmann (Figura 16).



Figura 16 – Debatedores do painel Matriz de Impacto Climático nos Licenciamentos Ambientais para a Transição Energética, ocorrido no estande do Consórcio da Amazônia Legal.

III.9 - Participação no painel “Programa Jurisdicional de REDD+ ao Padrão *Art Trees*: o Caso do Tocantins” (14 de novembro)

O painel teve foco o anúncio da submissão oficial do documento de registro do Programa Jurisdicional de Redução de Emissões de Gases de Efeito Estufa por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+) ao Padrão *Art Trees*. O projeto prevê a aquisição de créditos de carbono a serem gerados pelo estado do Tocantins até 2030, com projeção potencial de mais de 50 milhões de créditos, e receita estimada superior a R\$ 2,5 bilhões, caso o estado tenha sucesso na redução do desmatamento e degradação florestal. A perspectiva é que os recursos sejam aplicados em ações de combate ao desmatamento e no fortalecimento das políticas ambientais do estado. O projeto também inclui consultas públicas e oficinas de capacitação, fomentando a participação das comunidades locais e garantindo que os benefícios do mercado de carbono alcancem os povos originários e tradicionais, além dos agricultores.

O painel foi mediado por Marli Santos, Superintendente da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Tocantins (SEMARH-TO), com participação de Marcelo Lellis, Secretário da SEMARH-TO, Raoni Rajão, Diretor do Departamento de Políticas de Controle de Desmatamento e Queimadas do MMA, Mary Grady, Diretora Executiva da *ART-Architecture for REDD+ Transactions*, Antônio Gonçalves, da *Mercuria Energy Trading*, e Daniel Nepstad, Presidente do *Earth Innovation Institute* (Figura 17).



Figura 17 – Debatedores do painel Programa Jurisdicional de REDD+ ao Padrão *Art Trees*, ocorrido no estande do Consórcio da Amazônia Legal.

III.10 - Participação no painel “Inspirando Inovação Global para Políticas Públicas e Caminhos para o Carbono Zero – 1º Diálogo Brasil – USA” (14 de novembro)

O painel abordou o papel de minerais críticos e energias limpas para a transição energética, reforçando a importância da colaboração entre o setor privado e governos para alcançar metas climáticas globais (Figura 18). Os representantes da AMCHAM Brasil (Câmara Americana de Comércio para o Brasil) discutiram sobre o crescimento exponencial dos investimentos de empresas privadas americanas para viabilizar a transição energética em nível mundial, sendo o Brasil um país que tem atraído parte destes investimentos. O representante do BNDES também destacou que o banco tem apoiando inúmeros projetos de transição energética, e que estuda a possibilidade de cidadãos investirem em fundos para a Amazônia.



Figura 18 – Debatedores do painel Inspirando Inovação Global para Políticas Públicas e Caminhos para o Carbono Zero, ocorrido no estande do Ministério do Turismo.

III.11 - Participação na palestra “Projeto de Lei sobre Ecoturismo no Brasil” (15 de novembro)

No estande do Ministério do Turismo o Deputado Federal de Pernambuco Túlio Gadelha fez uma apresentação sobre o PL 4870/2024, já aprovado na Câmara dos Deputados, para instituir a Política Nacional de Visitação a Unidades de Conservação, que visa fortalecer o turismo ecológico e sustentável no Brasil, com foco nas unidades de conservação, por meio de um fundo privado para financiar e apoiar a visitação (Figura 19). Segundo o Deputado, autor do PL, esta Lei deverá estimular não apenas a geração de receita pela atividade turística em áreas ambientais, mas também a correta gestão e preservação do espaço público.



Figura 19 – Apresentação do Deputado Túlio Gadelha sobre o PL 4870/2024, e foto da delegação do Serviço Geológico do Brasil (Marcel Maués, Sabrina Gois, **Homero Reis**, **Lúcia Travassos**) com o Deputado, e representante do Ministério do Turismo.

III.12 - Participação no painel de lançamento da concessão da APA Triunfo do Xingu (15 de novembro)

No estande do Consórcio da Amazônia Legal, o Governador do Pará Helder Barbalho lançou o edital de concessão para restauração florestal da Área de Proteção Ambiental Triunfo do Xingu, que representa um dos setores mais pressionados pelo desmatamento na Amazônia. A área para recuperação inclui 10,3 mil hectares, localizada no município de Altamira, no sudoeste do Pará. O projeto prevê a recuperação da vegetação por até 40 anos, com remuneração

ao concessionário pelo aproveitamento de ativos ambientais, como créditos de carbono gerados pela recuperação da mata nativa. A estimativa apresentada pela Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAS-PA) é de cerca de 3,7 milhões de toneladas de carbono sequestradas no período, com receita em torno de R\$ 869 milhões, geradas a partir de um investimento de cerca de R\$ 258 milhões pelo concessionário. O edital prevê contrapartidas do Estado e do concessionário em ações territoriais e comunitárias, e a expectativa é que a iniciativa gere mais de 2 mil empregos diretos e indiretos na região.

Além do Governador do Pará, estiveram presentes no lançamento a Vice-Governadora Hana Ghassan, a Diretora de Políticas Públicas da TNC Brasil, Karen Oliveira, o Presidente do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Pará (IDEFLOR), Nilson Pinto, o Secretário da SEMAS-PA Raul Protázio Romão, além de Gabriel Azevedo, Diretor de Estratégia do BID *Invest*, e Renata Nobre, Secretária Adjunta da SEMAS-PA (Figura 20).



Figura 20 – Registros da cerimônia de lançamento do edital de concessão para restauração florestal da APA Triunfo do Xingu. No detalhe o Governador e a Vice-Governadora do Pará.

III.13 Participação na palestra “COP 30 no Brasil: planejamento, infraestrutura e legado” (16 de novembro)

A palestra foi ministrada pelo Secretário Extraordinário para COP 30, Valter Correia da Silva, e ocorreu no estande do Ministério do Turismo (Figura 21). O secretário apresentou um panorama geral da organização do evento, enfatizando o legado que será deixado para Belém, no que se refere, por exemplo, às obras de infraestrutura que estão sendo realizadas na cidade,

à consolidação do turismo, ao desenvolvimento da cultura e gastronomia, às possibilidades de acesso a financiamentos de agentes internacionais, e outros. Alguns assuntos foram discutidos a partir de manifestações dos presentes, como: 1) estratégias para fiscalização dos valores de hospedagens em hotéis, a fim de evitar os valores abusivos cobrados em Baku; 2) construção de abrigos para os moradores de rua, os quais deverão se tornar espaços definitivos para atender esta parte da população; 3) ações gerais para viabilizar a contratação de múltiplas empresas prestadoras de serviço (ex. montadoras de estandes, fornecedoras de equipamentos, empresas para servir *coffee breaks*, restaurantes e lanchonetes para atendimento em praças de alimentação, etc.), para evitar o monopólio de grandes empresas internacionais, democratizando o acesso aos recursos que serão trazidos pelo evento para empresas da região norte e demais regiões do país.



Figura 21 – Secretário Extraordinário da COP 30, Valter Correia, em palestra no estande do Ministério do Turismo.

IV - IMPRESSÕES GERAIS SOBRE A COP 29

Uma questão que reverberou na imprensa internacional foi a escolha de Baku para sediar a COP 29, em função do paradoxo do Azerbaijão ser um país altamente dependente da produção de petróleo e gás natural, com os combustíveis fósseis representando cerca de 86% do volume total de exportações e 60% das receitas do governo, e ser sede de uma conferência sobre mudanças climáticas, em que uma das questões fundamentais discutidas é a necessidade de transição energética para uma economia de baixo carbono.

Também foram destacadas questões em nível social daquele país, em que os avanços econômicos significativos alcançados nas últimas décadas não se refletem em desenvolvimento social e efetivas melhorias de qualidade de vida para a população, especialmente a que se encontra nas periferias das grandes cidades e áreas rurais, o que evidencia o forte estratificação social e concentração de riquezas, e também confronta com objetivos de inclusão social e justiça climática promovidos pela COP 29.

Foram comentadas ainda pela imprensa as contradições existentes entre as determinações político-ideológicas do Azerbaijão com as pautas da COP, assim como ocorreu nas edições do Egito (COP 27) e Emirados Árabes (COP 28), de modo que há uma grande expectativa da COP 30 ser realizada no Brasil, pelo fato de ser um país com democracia consolidada, e com protagonismo no debate climático mundial.

Houve destaque na mídia internacional para a massiva representatividade do Brasil na COP 29, com elevado número de brasileiros presentes no evento, em comparação a outros países, participando ativamente da programação, em diversos painéis e fóruns de debates. Dentre os fatores que justificam esta marcante participação do Brasil no evento, considera-se o importante papel do país na pauta climática, o interesse em discutir e contribuir com soluções para a emergência climática global, e a expectativa para preparação para a COP 30. Estes fatores de certo modo também justificam a participação da delegação do **Serviço Geológico do Brasil** na COP 29, pela capacidade e expertise técnica da instituição em participar do debate global sobre mudanças climáticas, e pela oportunidade de adquirir subsídios para eficiente preparação para a COP 30.

Um dos temas centrais de debates na COP 29 foi a transição energética, que preconiza, em linhas gerais, a substituição do uso de combustíveis fósseis para diminuir as emissões de dióxido de carbono (CO₂), principal responsável pelo efeito estufa, que provoca o aumento da temperatura média global. Esse objetivo segue a busca mundial para atingir as metas de descarbonização previstas no Acordo de Paris, assinado em 2015 por 195 países, de manter o aquecimento global abaixo do limite de 2° C em relação ao nível pré-industrial, com ambição de manter abaixo de 1,5° C.

O Brasil é protagonista na pauta da transição energética, pois, enquanto o mundo possui uma matriz elétrica composta principalmente por fontes não renováveis, especialmente gás natural e carvão para termelétricas, a matriz elétrica brasileira é gerada sobretudo em usinas

hidroelétricas, com expansão crescente de energia eólica e solar, de modo que estas fontes renováveis (hidráulica, solar e eólica) somam mais de 80% das fontes de eletrificação. No que se refere à matriz energética, que representa o conjunto total de fontes de energia, e inclui os biocombustíveis, o Brasil já alcança quase 50% em fontes renováveis, enquanto a matriz energética mundial está em torno de 15%.

Minerais como cobre, níquel, lítio, elementos terras raras, cobalto e grafita, desempenham um papel crucial na transição energética, pois são indispensáveis para o desenvolvimento de tecnologias limpas e de baixa emissão de carbono (ex. baterias elétricas, painéis fotovoltaicos, ímãs permanentes para turbinas eólicas). Portanto, a indústria da mineração tem papel fundamental para fornecimento destes suprimentos, e mais uma vez o Brasil se destaca neste contexto, devido ao seu grande potencial geológico para depósitos destes minerais estratégicos.

Neste contexto, uma das principais linhas de pesquisa desenvolvidas pelo **Serviço Geológico do Brasil** é a modelagem mineral e avaliação de áreas potenciais para minerais estratégicos para transição energética, já tendo sido disponibilizados nas plataformas institucionais diversos produtos (ex. informes, relatórios, mapas, bancos de dados) de grande aplicabilidade para empresas de pesquisa mineral, pois apontam as áreas mais interessantes para pesquisas de detalhe visando a descoberta de novos depósitos, diminuindo o risco exploratório e incentivando novos investimentos pelo setor privado.

Ainda do contexto da relação entre mineração e transição energética, o **Serviço Geológico do Brasil** executa projetos de pesquisa de áreas potenciais para urânio, insumo necessário para geração de energia nuclear e geração de eletricidade em usinas term nucleares, e de avaliação do potencial de rejeitos da mineração para extração de subprodutos, dentre eles minerais estratégicos para transição energética, como os elementos terras raras e o cobalto, com intuito de ampliar a prática de mineração circular no Brasil. Além disso, o **Serviço Geológico do Brasil** desenvolve pesquisas inovadoras para avaliação de fontes de energia geotérmica e hidrogênio natural, e ainda para avaliação de áreas propícias para estocagem de CO₂ produzidos pela indústria, temáticas inteiramente aderentes à pauta da transição energética.

Na COP 29 o Brasil anunciou a *Nationally Determined Contribution* (NDC), com meta de redução das emissões líquidas de gases de efeito estufa (GEE) em 48% até 2025, e em 53% até 2030, em comparação aos níveis de 2005. Isso quer dizer que o Brasil está se

comprometendo a cortar de 59% a 67% das emissões líquidas em relação aos níveis de 2005. Nosso país também se comprometeu a atingir a neutralidade de emissões até 2050 e, para isso, definiu iniciativas e metas. Entre elas está o compromisso de implantar o Plano Clima, que tem dois pilares principais: 1) a Estratégia Nacional de Mitigação, para reduzir as emissões de gases de efeito estufa; 2) a Estratégia Nacional de Adaptação, que busca para diminuir a vulnerabilidade de cidades e ambientes naturais às mudanças do clima e garantir melhores condições para o país enfrentar os eventos climáticos extremos.

Eventos climáticos extremos são pautas fundamentais nas COPs, pois as populações em nível global têm sido cada vez mais impactadas, assim como ocorre no Brasil, onde se vivenciou em 2024 um grande período de estiagem e seca na Amazônia, em oposição às chuvas intensas e inundações no sul do país. Neste sentido, são cruciais as iniciativas do **Serviço Geológico do Brasil** em linhas de pesquisa aplicadas ao ordenamento territorial, a exemplo dos estudos da geodiversidade e da cartografia geotécnica, de avaliação de disponibilidade hídrica de aquíferos, de monitoramento hidrogeológico e hidrometeorológico, além dos levantamentos de riscos e desastres, que incluem a previsão e alerta de eventos hidrológicos críticos e a cartografia de riscos geológicos.

Designada como a “COP das Finanças” – pela expectativa de definição do montante de financiamento dos países desenvolvidos para subsidiar ações e iniciativas de países em desenvolvimento no enfrentamento da crise climática - a COP 29 foi finalizada com o estabelecimento da *New Collective Quantified Goal on Climate Finance* (NCQG) para financiamento climático de US\$ 300 bilhões por ano, até 2035, valor significativamente abaixo do montante de UR\$ 500 bilhões anuais solicitado pelo G77, coalizão dos países em desenvolvimento, que enfatizaram que os recursos propostos são insuficientes frente à escalada dos impactos climáticos.

Finalmente, na COP 29 ficou evidente a grande expectativa com relação à COP 30 acontecer em Belém, uma cidade da Amazônia, região com a maior floresta tropical e maior rede hidrográfica do mundo, com enorme riqueza em recursos naturais, onde se encontra boa parte dos problemas e também das soluções para enfrentamento da emergência climática global.

A COP 30 tem sido adjetivada como a “COP da Amazônia”, ou “COP da Implementação”, pela perspectiva de ser um marco para implementação do Acordo de Paris, construindo uma trajetória de ações para os compromissos climáticos da próxima década.

V – CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES PARA A PARTICIPAÇÃO DO SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL NA COP 30

Considera-se muito exitosa a participação da delegação do Serviço Geológico do Brasil na COP 29, com todos os objetivos da missão internacional tendo sido cumpridos de forma objetiva e eficiente. Foi possível entender claramente a magnitude e contexto deste grande evento, identificar as temáticas relacionadas à pauta climática aderentes às pesquisas realizadas pelo SGB, estabelecer contatos com diversos agentes que serão fundamentais na preparação para COP 30, e ainda divulgar a instituição em nível internacional.

Em termos quantitativos, foram 4,5 dias de participação na programação da COP 29, no período de 12 a 16 de novembro de 2024, onde os signatários deste Relatório de Viagem ao Exterior participaram de 7 painéis temáticos, 3 palestras, 5 reuniões técnicas (CENSIPAM, MMA, Câmara Federal, AMCHAM Brasil), e ainda divulgaram o Serviço Geológico do Brasil no painel “O Papel do Serviço Geológico do Brasil em Promover o Geoturismo”, quando foi possível, juntamente com a Diretora de Infraestrutura Geocientífica Sabrina Gois, apresentar a missão e valores institucionais, sua representação no Brasil, principais programas e linhas de atuação técnica, e a importância do SGB na definição e geoparques no país.

Contatos foram feitos com representantes de diversas instituições e organizações (Casa Civil da Presidência da República, OTCA, CONFEA, CREA-PA, Consórcio da Amazônia Legal, IDEFLOR-PA, SEMAS-PA e outros). Foram visitados ainda diversos estandes de expositores, quer representavam países, instituições governamentais, ONGs, empresas de produtos e serviços, o que se configurou em excelente oportunidade para *networking* internacional.

Objetivo primordial que justificou a participação da delegação do Serviço Geológico do Brasil na COP 29 foi obter subsídios para estruturar um plano de trabalho de preparação para a COP 30, que ocorrerá em Belém, aproveitando a oportunidade ímpar de divulgar a instituição em nível internacional, e disponibilizar sua expertise técnica para colaborar com o debate sobre as mudanças climáticas. Neste sentido, apresentamos abaixo algumas recomendações à Diretoria Executiva do SGB para a COP 30:

- **Constituir Grupo de Trabalho (GT COP 30)**, com a responsabilidade de conduzir as ações necessárias de estruturação para participação na COP 30. Os autores deste relatório se colocam à disposição para integrar o GT COP 30, sugerindo ainda a participação de

representantes de todas as Diretorias e Presidência do SGB, para distribuição de responsabilidades, de acordo com a área de atuação dos integrantes na empresa;

- **Estabelecer Acordo de Cooperação Técnica com o CENSIPAM (ATC SGB-CENSIPAM).** Durante a COP 29 foi possível levantar informações sobre custos aproximados e mecanismos para se obter espaço para exposição na *Blue Zone* ou *Green Zone*. Houve o entendimento de que apenas instituições previamente credenciadas *United Nations Framework Convention on Climate Change* (UNFCCC) podem pleitear espaço, o que não é o caso do SGB, e que os elevados custos para viabilizar a montagem de um estande são incompatíveis com a realidade orçamentária do SGB em 2025.

Caso não haja alternativa do SGB ter espaço na *Blue Zone* e *Green Zone* na COP 30 através de parcerias com outros agentes de governo, em reunião com Edileuza Melo, Coordenadora Geral de Monitoramento Ambiental do CENSIPAM, foram discutidas as possibilidades de as instituições envidarem esforços para viabilizar uma participação conjunta, ocupando o espaço físico da sede do CENSIPAM, em Belém, localizada nas proximidades do Parque da Cidade, local onde acontecerá grande parte da programação da COP 30 (Figura 22). As instituições seriam responsáveis por planejar juntas a estruturação do espaço físico, de modo a contemplar área de exposição, auditório para realização de painéis, salas para realizar reuniões, assim como elaborar a programação técnica a se desenrolar ao longo do evento, que prevê a participação de representantes de outras instituições com atuação em Geociências;



Figura 22 – Imagem do *Google Maps* onde se vê a proximidade entre a sede do CENSIPAM, em Belém, e o Parque da Cidade, local onde será realizada a COP 30.

- **Estabelecer Acordo de Cooperação Técnica com a OTCA (ACT SGB-OTCA)**, e promover articulação interinstitucional para assinatura de Memorando de Entendimento para formação da **Rede Amazônica de Geociências**. Entende-se a Rede Amazônica de Geociências como uma agremiação de instituições, nacionais e internacionais, que desenvolvem pesquisas em temáticas relacionadas às Geociências, e aderentes à pauta climática, a exemplo de Serviços Geológicos da Pan-Amazônia (Brasil, Colômbia, Peru, Equador, Bolívia, Venezuela, Guiana e Suriname), universidades amazônicas (ex. UFPA, UFAM, UFOPA, UFRA), institutos de pesquisa (ex. IMAZON, Museu Emílio Goeldi, ITV-Vale), instituições públicas de diversas esferas de governo (ex. CENSIPAM, ANM, EMBRAPA), associações científicas (ex. Sociedade Brasileira de Geologia), e outras organizações relacionadas às Geociências.

Caberia ao Serviço Geológico do Brasil, nos meses que antecedem a COP 30, ser agente promotor da integração entre potenciais componentes da rede, estabelecendo contatos, definindo as principais diretrizes e objetivos, de modo que, durante a COP 30, fosse realizada a assinatura do Memorando de Entendimento para formatação da Rede Amazônica de Geociências, sob chancela da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA);

- **Elaborar publicação especial do SGB para a COP 30**, com ênfase às pesquisas da instituição alinhadas às pautas de debates sobre o clima, envolvendo temáticas como: 1) minerais críticos para tecnologias de baixa emissão de carbono e transição energética; 2) fontes renováveis de energia (hidrogênio natural, urânio, geotermia); 3) mineração circular; 4) estocagem de CO₂; 5) monitoramento hidrogeológico e hidrometeorológico; 6) levantamentos de riscos e desastres; 7) cartografia de riscos geológicos; 8) estudos da geodiversidade; 9) conhecimento geocientífico em terras indígenas e unidades de conservação ambiental;
- **Preparar Hot Site especial para COP 30**, explorando pesquisas semelhantes à da publicação citada acima, e disponibilizando acesso aos produtos do SGB dentro das temáticas em foco;
- **Viabilizar a realização da exposição do MCTer “Brasil Glacial”, em Belém**, pelo potencial da temática trazer importantes contribuições e provocar reflexões sobre eventos climáticos extremos produzidos por fenômenos naturais do planeta. Tal exposição poderia ser realizada no período pré- a pós-COP 30, nas dependências da Superintendência de Belém do SGB, ou em espaço alternativo, a ser discutido;
- **Promover ações diversas para ampliar a participação do SGB na COP 30**, que envolve a articulação com os mais diversos agentes envolvidos na programação do evento, de modo que o SGB possa permear espaços e fóruns de debate de temáticas em que possui

expertise técnica. Neste sentido, foram realizados contatos com o Coordenador de Assuntos Indígenas da OTCA, Freddy Manani, que orientou a submissão pelo SGB de “notas conceituais”, com a proposição de temas de interesse da OTCA, a exemplo da universalização do conhecimento geocientífico para aplicação em terras indígenas e áreas ambientais, com foco em transição energética. Outra tratativa em andamento refere-se à obtenção de estande para divulgação institucional na feira de exposições projetada pela EMBRAPA para a COP 30, instituição cuja localização em Belém é imediatamente vizinha às dependências da Superintendência de Belém do Serviço Geológico do Brasil.

VI – AGRADECIMENTOS

Agradecimentos são devidos à Diretoria Executiva do Serviço Geológico do Brasil, por viabilizar a nossa presença na COP 29, o que possibilitou acessar temáticas discutidas em nível mundial pertinentes às mudanças climáticas e ampliar as perspectivas para estruturação da participação do SGB na COP 30.

Diversos colaboradores do SGB contribuíram na condução dos processos para viabilizar a viagem da delegação, e na divulgação da nossa participação no evento. Referência é feita à Diretora de Infraestrutura Geocientífica Sabrina Soares de Araújo Gois, ao chefe da Assessoria de Assuntos Internacionais, Rafael Pinto Duarte, à equipe do Núcleo de Comunicação, na pessoa da jornalista Viviane Castro, e aos colaboradores da Diretoria de Administração e Finanças, Gilmar Araújo de Souza e Natanael Costa Aragão, em nome dos quais agradecemos todos os que auxiliaram direta ou indiretamente no pleno êxito desta missão internacional.

Agradecimentos são extensivos à delegação do Ministério do Turismo (MTUR) na COP 29, na pessoa do Secretário Nacional de Infraestrutura, Crédito e Investimento no Turismo, Carlos Henrique Menezes Sobral, pelo acolhimento da delegação do SGB no estande do MTUR, o que nos possibilitou promover diversas reuniões com parceiros potenciais, assim como realizar apresentações para divulgação institucional.

APÊNDICE

Links para acesso às publicações que fazem referência à participação da delegação do Serviço Geológico do Brasil na COP 29:



- Serviço Geológico do Brasil apresenta projetos na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de 2024 - SGB
- <https://www.instagram.com/p/DCpuGSgJiCa/?igsh=c25jcWRjbXZmZHBr>

Fontes de consulta de publicações veiculadas sobre a COP 29, que abordam assuntos tratados no Relatório de Viagem ao Exterior:

- Fonte: <https://unfccc.int/cop29>
- <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2024>
- <https://www.consorcioamazonialegal.gov.br/>
- <https://otca.org/pt/wp-content/uploads/2023/10/Declaracao-de-Belem.pdf>
- <https://capitalreset.uol.com.br/clima/cop/por-que-belem-pode-inaugurar-a-era-das-cops-de-implementacao/>
- <https://www.semas.pa.gov.br/2024/11/17/semas-debate-sustentabilidade-nos-processos-de-licenciamento-ambiental-em-painel-da-cop-29/#>
- COP29: compromissos do Brasil marcam avanço global na luta contra a mudança do clima — Secretaria de Comunicação Social
- <https://www.to.gov.br/semarh/noticias/tocantins-se-torna-o-primeiro-estado-do-mundo-a-submeter-o-redd-ao-padrao-art-trees-e-estima-gerar-r-25-bilhoes-com-creditos-de-carbono-ate-2030/4s37443xgsde>
- <https://www.semas.pa.gov.br/2024/11/15/para-lanca-modelo-inedito-de-concessao-para-restauracao-florestal-remunerada-com-creditos-de-carbono/>
- <https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/11/13/cop-29-alkmin-entrega-metas-do-brasil-sobre-clima-e-fala-em-cumprir-compromissos-com-rigor.ghtml>
- <https://umsoplaneta.globo.com/clima/cop/noticia/2024/11/24/cop29-conferencia-do-clima-entregou-nova-meta-de-financiamento-mas-deixou-muito-a-desejar-avaliam-especialistas.ghtml>
- <https://www.epe.gov.br/pt/abcdenergia/matriz-energetica-e-eletrica>
- <https://nossaenergia.petrobras.com.br/w/transicao-energetica/tudo-sobre-transicao-energetica-o-que-e-qual-a-importancia-principais-beneficios-e-mais#te1>
- <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/10/plano-clima-governo-lanca-consulta-publica-da-estrategia-nacional-de-adaptacao>

ANEXO I

Ofício no N° 154/2024/ASSUNI/PR/CA-CPRM, SEI n° 48035.003025/2024-70

  <p>SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL</p>	
OFÍCIO N° 154/2024/ASSUNI/PR/CA-CPRM	Rio de Janeiro, 31 de outubro de 2024.
À/Ao: AUDITE, SERAFI-BR, DECOF e SEVIPA	
Assunto: Afastamento do País - Baku, Azerbaijão.	
<i>Referência: Processo n° 48035.003025/2024-70.</i>	
Prezados Senhores,	
1. Em atendimento ao Despacho PR 2304771, de 31 de outubro de 2024, que trata sobre autorização " <i>ad referendum</i> " do Diretor-Presidente, para Afastamento do País, viagem com ônus, para a Assessora da Diretoria de Geologia e Recursos Minerais, LÚCIA TRAVASSOS DA ROSA COSTA, viajar a Baku, Azerbaijão, no período de 10 a 17 de novembro de 2024, conforme formulado pela empregado nos documentos SEI n° 2304884 e 2296346, solicitamos à AUDITE, SERAFI-BR, DECOF e SEVIPA, com base no especificado no Ofício n° 49/2021/ASSUNI/PR/CA-CPRM, de 22 de outubro de 2021, Processo n° 48036.000022/2021-21, a adoção das medidas pertinentes para a concessão do que segue, com base na Instrução para Viagem ao Exterior - AAS 04.01-01, de 31/08/2012, fundamentada nos instrumentos legais e normativos, que dispõe sobre a matéria.	

ANEXO II

Ofício no N° 153/2024/ASSUNI/PR?CA-CPRM, SEI n° 48092.001967/2024-39



OFÍCIO Nº 153/2024/ASSUNI/PR/CA-CPRM

Rio de Janeiro, 31 de outubro de 2024.

À/Ao: AUDITE, SERAFI-BR, DECOF e SEVIPA

Assunto: Afastamento do País - Baku, Azerbaijão.

Referência: Processo nº 48092.001967/2024-39.

Prezados Senhores,

1. Em atendimento ao Despacho PR 2304715, de 31 de outubro de 2024, que trata sobre autorização "*ad referendum*" do Diretor-Presidente, para Afastamento do País, viagem **com ônus**, para o Superintendente Regional de Belém, **HOMERO REIS DE MELO JUNIOR**, viajar a **Baku, Azerbaijão**, no período de **10 a 17 de novembro de 2024**, conforme formulado pelo empregado nos documentos SEI nº 2300823 e 2296472, solicitamos à **AUDITE, SERAFI-BR, DECOF e SEVIPA**, com base no especificado no Ofício nº 49/2021/ASSUNI/PR/CA-CPRM, de 22 de outubro de 2021, Processo nº 48036.000022/2021-21, a adoção das medidas pertinentes para a concessão do que segue, com base na Instrução para Viagem ao Exterior - AAS 04.01-01, de 31/08/2012, fundamentada nos instrumentos legais e normativos, que dispõe sobre a matéria.

ANEXO III

Diário Oficial da União-DOU, em 5/11/2024.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Seção 2	ISSN 1677-7050	Nº 214, terça-feira, 5 de novembro de 2024
<p align="center">DESPACHO</p> <p>Processo SEI nº 48036.000108/2024-05. O Diretor-Presidente da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM, no uso de suas atribuições legais, resolve autorizar o afastamento do país do Senhor RAFAEL PINTO DUARTE, Chefe da Assessoria de Assuntos Internacionais - ASSUNI, do Serviço Geológico do Brasil - CPRM, a viajar à Baku - Azerbaijão, com ônus, no período de 10 a 17 de novembro de 2024. A referida viagem tem como objetivo participar da 29ª Conferência das Partes (COP29).</p>	<p align="center">PORTARIA DE PESSOAL MPA Nº 402, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2024</p> <p>O MINISTRO DE ESTADO DA PESCA E AQUICULTURA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 11.624, de 1º de agosto de 2023, e tendo em vista as disposições do § 2º, do art. 98, da Lei nº 8.112, de 1990, e o que consta no Processo SEI nº 21028.001358/2023-16, resolve:</p> <p>Art. 1º Homologar a continuidade do Horário Especial concedido à servidora MARIA ANET SILVA LOPES, matrícula SIAPE nº 1670972, ocupante do cargo de Agente Administrativo, lotada na Superintendência de Pesca e Aquicultura do Estado de Minas Gerais, da Secretaria-Executiva, deste Ministério, avaliada pela Junta Médica do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor - SIASS, por meio do Laudo Médico Pericial nº 149.349/2024, emitido em 22 de outubro de 2024, com jornada de 6 (seis) horas diárias, com fundamento no § 2º, do art. 98, da Lei nº 8.112, de 1990.</p>	
<p align="center">INÁCIO CAVALCANTE MELO NETO</p> <p align="center">DESPACHO</p> <p>Processo SEI nº 48092.001967/2024-39. O Diretor-Presidente da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM, no uso de suas atribuições legais, resolve autorizar o afastamento do país do Senhor HOMERO REIS DE MELO JUNIOR, Pesquisador em Geociências, Superintendente Regional de Belém - SUREG BE, do Serviço Geológico do Brasil - CPRM, a viajar à Baku - Azerbaijão, com ônus, no período de 10 a 17 de novembro de 2024. A referida viagem tem como objetivo participar da 29ª Conferência das Partes (COP29).</p>	<p align="center">ANDRÉ DE PAULA</p> <p align="center">PORTARIA DE PESSOAL MPA Nº 404, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2024</p> <p>O MINISTRO DE ESTADO DA PESCA E AQUICULTURA, no uso da competência prevista no art. 38 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, Decreto nº 8.851, de 20 de setembro de 2016 e considerando as disposições da Lei nº 14.204, de 16 de setembro de 2021, do Decreto nº 10.829, de 5 de outubro de 2021, do Decreto nº 11.624, de 1º de agosto de 2023, e o que consta no Processo SEI nº 00350.090799/2024-23 resolve:</p> <p>DESIGNAR VALDIMERE FERREIRA, para exercer o encargo de substituta do Cargo Comissionado Executivo de Secretária Nacional, código CCE 1.17, da Secretaria Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa da Pesca e Aquicultura, de 06 a 20 de novembro de 2024, em virtude do afastamento simultâneo do titular e do substituto designado.</p>	
<p align="center">INÁCIO CAVALCANTE MELO NETO</p> <p align="center">DESPACHO</p> <p>Processo SEI nº 48035.003025/2024-70. O Diretor-Presidente da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM, no uso de suas atribuições legais, resolve autorizar o afastamento do país da Senhora LÚCIA TRAVASSOS DA ROSA COSTA, Pesquisadora em Geociências, Assessora da Diretoria de Geologia e Recursos Minerais - DGM, do Serviço Geológico do Brasil - CPRM, a viajar à Baku - Azerbaijão, com ônus, no período de 11 a 17 de novembro de 2024. A referida viagem tem como objetivo integrar a missão SGB no Evento COP 29 - Conferência das Partes da UNFCCC.</p>	<p align="center">ANDRÉ DE PAULA</p> <p align="center">PORTARIA DE PESSOAL MPA Nº 407, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2024</p> <p>O MINISTRO DE ESTADO DA PESCA E AQUICULTURA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 6º do Decreto nº 9.794, de 14 de maio de 2019, publicado no DOU de 15 de maio de 2019, e tendo em vista as disposições da Lei nº 14.204, de 16 de setembro de 2021, do Decreto nº 10.829, de 5 de outubro de 2021, do Decreto nº 11.624, de 1º de agosto de 2023, e o que consta no Processo SEI nº 00350.090865/2024-65, resolve:</p> <p>EXONERAR, ÁRGIRA MENDES AMORIM, do Cargo de Comissionado Executivo de Assistente Técnico, código CCE 2.05, da Coordenação de Gestão Pesqueira, do Departamento de Territórios Pesqueiros e Ordenamento, da Secretaria Nacional de Pesca Artesanal.</p>	
<p align="center">INÁCIO CAVALCANTE MELO NETO</p> <p align="center">EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA</p> <p align="center">DESPACHO DE 4 DE NOVEMBRO DE 2024</p> <p>O PRESIDENTE DA EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA (EPE), no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a RP nº 95/2024/PR/EPE, de 1º de novembro de 2024, resolve autorizar o seguinte afastamento do país:</p> <p>NOME: Jefferson Borghetti Soares. CARGO/FUNÇÃO: Assessor. ÓRGÃO: EPE. PAÍS DE DESTINO: Estados Unidos. PERÍODO: de 29 de novembro a 12 de dezembro de 2024. FINALIDADE: Participar do Programa de Liderança para Visitantes Internacionais. TIPO DE AFASTAMENTO: Com ônus. ENQUADRAMENTO DA VIAGEM: inciso IV, Art. 1º do Dec. nº 1.387/1995.</p>	<p align="center">ANDRÉ DE PAULA</p> <p align="center">PORTARIA DE PESSOAL MPA Nº 408, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2024</p> <p>O MINISTRO DE ESTADO DA PESCA E AQUICULTURA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 6º do Decreto nº 9.794, de 14 de maio de 2019, publicado no DOU de 15 de maio de 2019, e tendo em vista as disposições da Lei nº 14.204, de 16 de setembro de 2021, do Decreto nº 10.829, de 5 de outubro de 2021, do Decreto nº 11.624, de 1º de agosto de 2023, do Decreto nº 11.976, de 5 de abril de 2024, e o que consta no Processo SEI nº 00350.090904/2024-24 resolve:</p> <p>NOMEAR ERICA PEREIRA DA SILVA, para exercer o Cargo Comissionado Executivo de Assistente Técnico, código CCE 2.05, da Coordenação de Gestão Pesqueira, do Departamento de Territórios Pesqueiros e Ordenamento, da Secretaria Nacional de Pesca Artesanal.</p>	
<p align="center">THIAGO GUILHERME FERREIRA PRADO</p> <p align="center">CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</p> <p align="center">DESPACHO DE 21 DE OUTUBRO DE 2024</p> <p>O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA - EPE, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a DCA nº 03/279º, de 21 de outubro de 2024, resolve autorizar o seguinte afastamento do país:</p> <p>NOME: Thiago Guilherme Ferreira Prado. CARGO/FUNÇÃO: Presidente. ÓRGÃO: EPE. PAÍS DE DESTINO: Azerbaijão. PERÍODO: De 8 a 17 de novembro de 2024. FINALIDADE: Participar da 29ª Conferência de Mudanças Climáticas, em Baku. TIPO DE AFASTAMENTO: Com ônus. ENQUADRAMENTO DA VIAGEM: inciso IV, Art. 1º do Dec. nº 1.387/1995.</p>	<p align="center">ANDRÉ DE PAULA</p> <p align="center">PORTARIA DE PESSOAL MPA Nº 409, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2024</p>	